

## DESLOCAMENTOS E CONFLITOS:

narrativas sobre os povos indígenas Paiaçu na colonização das capitanias do Norte pelo colonizador português (séculos XVII-XVIII)

Almir Leal de Oliveira<sup>1</sup>  
Reinaldo Forte Carvalho<sup>2</sup>

Artigo recebido em: 13/01/2025.

Artigo aceito em: 21/06/2025.

### RESUMO:

Este artigo analisa as narrativas produzidas pelos cronistas do Instituto do Ceará sobre os povos indígenas Paiaçu, habitantes dos sertões das capitanias do Ceará Grande e do Rio Grande no período da colonização nas capitanias do Norte, nos sécs. XVII e XVIII. A análise destas narrativas teve como objetivo entender os processos de deslocamentos e conflitos envolvendo os Paiaçu com o avanço dos europeus nos sertões do Norte. Especificamente, buscando entender os espaços naturais dos Paiaçu; pesquisando os deslocamentos e conflitos entre os Paiaçu e o conquistador; e compreender as espacialidades humanas entre este grupo indígena e as forças colonizadoras. O estudo analisou a produção dos cronistas Ceará Guilherme Studart, Antônio Bezerra, Thomaz Pompeu Sobrinho e Carlos Studart Filho, vinculados ao Instituto do Ceará. A metodologia utilizada é a análise das narrativas dos referidos cronistas sobre os deslocamentos dos povos indígenas Paiaçu nas capitanias do Norte, cruzando-as com a historiografia e as fontes documentais, estabelecendo uma comparação e buscando perceber as similaridades, convergências e ou, distanciamentos e divergências entre as mesmas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Paiaçu; Deslocamentos; Conflitos; Sertões do Norte.

Displacements and conflicts: narratives about the Paiaçu indigenous peoples in the colonization of the northern captaincy by the Portuguese colonizer (17th-18th centuries)

### ABSTRACT:

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0430368425974786>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1829-5498>. E-mail: [almirleal@uol.com.br](mailto:almirleal@uol.com.br).

<sup>2</sup> Doutor em História pela Universidade de Pernambuco (UPE, Campus Petrolina). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4435223781591585>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7930-8670>. E-mail: [reinaldo.carvalho@upe.br](mailto:reinaldo.carvalho@upe.br). Membro do Grupo de Pesquisa CNPq - Observatório dos Sertões - UPE Petrolina.

This article analyzes the narratives produced by chroniclers from the Ceará Institute about the Paiacu indigenous people, inhabitants of the backlands of the captaincies of Ceará Grande and Rio Grande during the period of colonization in the northern captaincies, in the 17th and 18th centuries. The analysis of these narratives aimed to understand the processes of displacement and conflicts involving the Paiacu with the advance of Europeans in the backlands of the North. Specifically, seeking to understand the natural spaces of the Paiacu; researching the displacements and conflicts between the Paiacu and the conqueror; and understanding the human spatialities between this indigenous group and the colonizing forces. The study analyzed the production of the chroniclers from Ceará Guilherme Studart, Antônio Bezerra, Thomaz Pompeu Sobrinho and Carlos Studart Filho, linked to the Ceará Institute. The methodology used in the analysis of the narratives of the aforementioned chroniclers about the displacements of the Paiacu indigenous peoples in the captaincies of the North, crossing them with the historiography and documentary sources, establishing a comparison seeking to perceive the similarities, convergences and/or, distances and divergences between them.

**KEYWORDS:** Paiacu; Displacements; Conflicts; Northern Backlands.

## 1. Introdução

A colonização dos sertões coloniais iniciou timidamente ao longo do século XVI e foi intensificada na segunda metade do séc. XVII e no primeiro quartel do XVIII, sobretudo pela preação e escravização dos indígenas, realizadas pelos colonizadores em campanhas militares, forçando o descimento e os aldeamentos dos povos naturais nos sertões, alojando-os em instalações rudimentares como arraiais, presídios e outras bases bélicas, auxiliadas (ou não) por missões religiosas, em um vetor territorial do litoral aos rincões mais distantes. Esse processo sedimentou uma dinâmica das forças colonizadoras deslocadas para o interior dos sertões com o objetivo de ocupação dos territórios a serem colonizados. Este processo, em seguida, foi definido pela lógica de posse da terra legalmente definida pela política de doação de datas das sesmarias, justificando assim o controle e domínio sobre o território. Esse processo foi fundamental para definir e delimitar o espaço de inserção territorial de diversas aldeias, missões, lugarejos e vilas pelo colonizador nos sertões das capitanias no Norte e no Brasil.

O projeto de colonização nos sertões do Norte ocorreu, inicialmente, com a posse da terra, o controle e o domínio sobre os povos indígenas e o estabelecimento

das bases colonizadoras, dentre as quais a implantação dos aldeamentos missionários, para integrá-los aos domínios do império, no ultramar. Os aldeamentos missionários foram sendo implantados como uma força garantidora e legitimadora da colonização, como projeto missionário católico romano no contexto da Contra-Reforma. Os aldeamentos missionários foram responsáveis por estabelecerem as bases de controle sobre as diversas populações indígenas por meio do enquadramento e a regulação, definidos pela Igreja Romana e a política indigenista da administração portuguesa na colonização dos sertões coloniais. Sobre isso, Maria Regina Celestino de Almeida (2003, p. 80) expôs que:

Os projetos de colonização, longe de serem reduzidos à esfera do econômico, devem ser vistos em sua perspectiva global de empreendimento político, econômico e religioso. [...] Se a conquista do território podia ser feita por meio da violência e da destruição da organização social dos grupos indígenas, o projeto de colonização implicava a reorganização dessas populações de forma a integrá-las à nova ordem que se estabelecia. (Almeida, 2003, p. 80)

Com o avanço da colonização ocorreram inúmeros conflitos entre o colonizador e as diversas populações indígenas habitantes que se deslocavam constantemente entre os vários sertões nas capitanias do Norte. Partindo dessa questão, este estudo analisou as narrativas da historiografia cearense produzidas pelos principais representantes do Instituto do Ceará no final do século XIX e início do XX, sobre os deslocamentos e conflitos envolvendo os povos indígenas Paiacu. Neste estudo discutimos, a partir de narrativas produzidas, e refletimos sobre como se constituíram os espaços naturais, de ocupação e deslocamentos desse grupo indígena nos sertões do Norte, e como passaram a ser ‘re-apropriados’ e ‘re-significados’ pela intervenção e ação do colonizador, em meio às disputas e conflitos pela posse da terra nos sertões das capitanias do Norte entre os séculos XVII e XVIII.

Com essas considerações, este artigo buscou um contraponto à produção historiográfica de intelectuais no Instituto do Ceará, nos séculos XIX e XX, priorizando a história do colonizador europeu como o dominador no processo de

colonização. Segundo Almir Leal de Oliveira, esses intelectuais tinham como objetivo estabelecer os fundamentos das origens<sup>3</sup> da história do Ceará:

Ao determinarem os agentes e as situações que *inauguraram* o Ceará na história, os historiadores do Instituto do Ceará estabeleceram, entre 1887 e 1903, as *origens parciais* da mítica *origem* do Ceará. Os primeiros conquistadores, os primeiros donatários e os *heróis fundadores*, definidos por esses historiadores, constituíram uma sistemática tradição. Fonte de poder simbólico e temporal, a constelação de identidades situadas e localizadas na cronologia cearense proporcionou a gênese integradora do Ceará à história nacional e à história universal. (Oliveira, 2000, p. 281)

Os intelectuais do Instituto tinham como premissa nos estudos que realizaram uma descrição factual das supostas *origens* do Ceará com base no *heroísmo* dos colonizadores a partir da posse, controle e domínio territorial como aspecto integrador e legitimador da sociedade. Ou seja, legitimação de uma história em contraponto ao legado de mobilizações por direitos e resistência dos povos indígenas para a continuidade da existência e a preservação de seus espaços naturais. Segundo Regis Ramos, esta concepção descritiva da produção historiográfica no Instituto do Ceará foi elaborada a partir de “uma vontade de fazer o Ceará por meio de seu passado, dando uma existência mais legível, e por isso mesmo mais legítima” (Ramos, 2012, p. 7).

No entanto, revisitar a produção destes cronistas no Instituto do Ceará sob o aporte analítico da chamada nova história indígena, possibilita analisar como estes sujeitos respaldaram através de escritos a narrativa da superioridade e dominação sobre os povos indígenas em meio ao processo colonizador português.

## **2. Os espaços naturais<sup>4</sup> dos Paiacu nos sertões do Norte: territórios, aldeias e aldeamentos**

---

<sup>3</sup> Para estabelecer uma relação do termo das origens com o IHGB, ver Manoel Luís Lima Salgado Guimarães quando expõe que a “leitura da história empreendida pelo IHGB está, assim, marcada por um duplo projeto: dar conta de uma gênese da Nação brasileira, inserindo-a, contudo numa tradição de civilização e progresso, idéias tão caras ao iluminismo” (Guimarães, 1998, p. 8).

<sup>4</sup> Utilizamos a categoria de espaço natural para lembrar como Capistrano de Abreu (1976, p. 11), em preocupação para elaborar uma geografia humana, referia-se aos indígenas como povos naturais salientando uma relação tensa com a Natureza. Ou como afirmaria Friederich Ratzel, grande inspirador da antropogeografia de Capistrano: “chamamos naturais certos povos não porque eles

O avanço da colonização para o interior nos sertões das capitanias do Norte foi efetivado como afirmado com base nas campanhas militares, no controle e domínio dos povos indígenas, na ocupação dos colonos e na inserção dos aldeamentos missionários das diversas ordens religiosas, estabelecendo as bases de atuação gradativamente ao longo do território ocupado por inúmeros povos indígenas.

Segundo a historiografia da cartografia dos povos indígenas no Ceará, os Paiacu habitavam uma vasta área territorial entre o Ceará Grande e o Rio Grande, especificamente a partir do rio Choró, pela ribeira do Jaguaribe até a ribeira do Açu, e na vizinhança, a Noroeste, com os grupos Anacé, Canindé e Jenipapo, mais ao centro do território; ao Sul do Ceará, como espaço natural na fronteira e em confronto com os grupos indígenas Quixelô, Quixeré, Inhamum, Icozinho e Calabaça; e no litoral, com Potiguara e Jaguaribara. Nos sertões do Rio Grande, os limites com os Potiguaras, no litoral; no centro do território, com os Otshukaiana; ao sul, com os Panati, Pegas e Icozinho; e, a Leste, com Canindé, Sukuru e Potiguara.

Assim, a localização ou espaço natural de domínio dos Paiacu, no século XVII, estava situada entre o rio Piranhas na região do Açu, rio Jaguaribe e Choró no Ceará Grande. Entretanto, os indígenas faziam incursões de guerra e saques a outros povos indígenas até no litoral do Ceará, chegando “perto da Fortaleza de N. S. d’Assunção, onde vinham a acometer aos silvícolas mansos, que ali residiam à sombra da proteção Lusitana” (Studart Filho, 1959, p. 60).

De acordo com Studart Filho (1931, p. 16), a partir do determinismo sócio espacial defendido pelo mesmo, afirmou que os Paiacu seriam os “prováveis sucessores dos Potiguares nesse trecho do país”. De acordo com o autor, esse povo sempre ameaçava com assaltos os viajantes entre os limites das ribeiras do Açu e Jaguaribe no século XVII, representando um “obstáculo sério” à comunicação das capitanias do Ceará Grande e do Rio Grande, dificultando assim, o processo de

---

vivem nas mais íntimas relações imaginárias com a Natureza, mas porque vivem sob a constrição da Natureza” (Moraes, 1990, p. 122).

avanço da colonização nos sertões dessa área, no sentido Leste-Oeste, sertões das chamadas capitanias do Norte.

Os sertões entre as capitanias do Ceará Grande e Rio Grande eram habitados na extensa área geográfica pelos Paiacu se deslocando no sentido sertão/litoral e sertão/sertão de acordo com inúmeros fatores para a sobrevivência. De acordo com Ristephany Leite (2020) se referindo ao aspecto “nômade” dos Paiacu, os inúmeros “deslocamentos sazonais”, predominantes nos períodos climáticos entre secas e chuvas sazonais, eram favoráveis ou não, para busca de alimentos pelas populações entre os territórios nos sertões das capitanias do Ceará e do Rio Grande. De acordo com a autora:

Os Paiaku, povos que se encontravam dispersos nas regiões limítrofes entre as capitanias do Rio Grande, Ceará e Paraíba, “habitavam predominantemente, a região compreendida entre o rio Jaguaribe e o Açu, alcançando o rio do Peixe, na Paraíba”. A razão da ocupação de uma faixa territorial tão extensa reside, provavelmente, nos deslocamentos sazonais que realizavam, ocasionados por questões climáticas e pelo cultivo de determinados gêneros alimentícios. (Leite, 2020, p. 52)

Segundo Marcos Felipe Vicente (2020, p. 45), o espaço territorial habitado pelos “povos indígenas Paiacu”, era constituído por um grupo indígena de características “seminômade, disperso em uma grande faixa territorial”, isso era decorrência do comportamento e dos hábitos de vida que os Paiacu adotaram ao longo do tempo, assim como muitos grupos indígenas habitando nos sertões das capitanias.

Para os/as autores/as acima citados/as, o comportamento “nômade e seminômade”, era uma prática comum nos deslocamentos como forma de mobilidade sócio-espacial dos povos naturais habitando os sertões do Norte. No entanto, os processos de deslocamentos estavam vinculados ao uso dos espaços habitados pelos povos naturais. A terra tem um sentido mais amplo na dinâmica sociocultural dos povos indígenas – não é apenas espaço de vida e habitação. Diferentemente da concepção colonizadora, a terra, para os povos naturais, era representada cosmologicamente como símbolo e suporte da vida social. De acordo com Kolling e Silvestri:



para as sociedades indígenas, a terra é muito mais que simples meio de subsistência. “Ela representa o suporte da vida social e está diretamente ligada ao sistema de crenças e de conhecimento. Não é apenas um recurso natural, mas – e tão importante quanto ele – um recurso sociocultural”. Como [recurso] sociocultural, [a terra] está também revestida de uma linguagem mítico-religiosa. (Kolling; Silvestri, 2019, p. 213)

Considerando isso, entendendo que, os deslocamentos foram fundamentais como prática cotidiana dos povos indígenas, em relação à simbologia da terra para os mesmos, por ter uma dimensão mais ampla que uma simples busca por alimentos em outras localidades, pois o comportamento de deslocamentos dos diversos grupos naturais deve ser analisado não apenas como sazonais, espontâneos, ou forçados, mas, também como aspecto condicionante a vida do povo indígena. Sazonais, por estarem em consonância às fases climáticas no sertão; espontâneos, por se tratar de populações autóctones socializando a prática de mobilidade e deslocamento dos antepassados dos povos originários habitando os mesmos sertões habitados na atualidade; e os deslocamentos forçados, decorrentes dos conflitos com outros povos naturais pela posse dos espaços habitados para o controle e domínio sobre outras populações indígenas, e em outro momento provocado pelo avanço no processo de colonização. Esse tipo de deslocamento foi realizado por meio da ação dominadora do colonizador, perseguindo, escravizando e violentando os povos naturais ao longo da história da colonização.

As espacialidades ou territorialidades humanas<sup>5</sup> dos Paiacu nos sertões do Norte foi o espaço natural de origens, lugar de habitação e deslocamentos contínuos desses povos indígenas. Segundo Thomaz Pompeu Sobrinho (1955), o povo indígena Paiacu possivelmente chegou a este espaço natural nos sertões do Norte a partir de uma corrente migratória datada de cerca de 7 a 6 mil, derivados da primeira corrente migratória a povoar as Américas (pelo Estreito de Bering a cerca de 40 mil anos), pertencente ao grupo linguístico-cultural dos Láguidos. Tido como um grupo

---

<sup>5</sup> De acordo com Fuini (2014), a territorialização espacial ou territorialidade humana significa ação, movimento ou processo de construção e criação de territórios pela apropriação, uso, identificação, enraizamento com determinadas extensões do espaço por lógicas políticas, econômicas ou culturais, sendo também sinônimo de qualificação ou organização territorial. Segundo Fuini (2014), a *territorialidade humana* é entendida como uma “estratégia espacial para afetar, influenciar e controlar recursos e pessoas através do controle de áreas e como estratégia, pode ser ligada e desligada. Em termos geográficos, ela é um comportamento espacial.” (Sack, 1986, p. 3 apud Fuini, 2014, p. 226).

povoador genésico, vivendo em condições de deslocamentos contínuos, os mesmos dos povos mesolíticos, com uma identidade lingüística, mas não de grupo único, sempre dividido em parcelas de cerca de 200 indivíduos não praticantes da agricultura. De acordo com Sobrinho (1955, p. 119), essas “numerosas tribos [...] em estágios culturais diferentes” povoaram inicialmente os vales do Jaguaribe e Açu e depois de longo tempo e “modificações étnico-linguísticas [...] deram lugar à formação de uma família bem caracterizada, a família línguocultural Tarariu”.

Esta família linguística Tarariu (para designar uma linguagem própria/independente e não um grupo e/ou tribo), com práticas socioculturais paleolítica primária, se dividiu em vários grupos, como os Canindé, Genipapo, Janduis, Panati, Paiacu e Tarariú. Ainda segundo Pompeu Sobrinho, o termo Tarariú se originando da língua geral (taraíra, ou traíra, nome de um peixe) para designar o grupo da língua independente e Otchokuyana (também da língua geral, para falar do grupo Tarariú, que os holandeses chamavam Jandoins, adotando o nome do principal/chefe do grupo Tarariú<sup>6</sup>.

Como mencionado, esses deslocamentos eram realizados a partir de vários aspectos comuns, como o sazonal, o periódico e/ou o permanente. O sazonal ocorria nos períodos chuvosos ou de grandes secas, sempre em direção ao litoral com a estiagem e dificuldade da caça nos sertões. Os Paiacu e outros povos indígenas se deslocavam para as zonas intermediárias, entre o litoral e o sertão, em busca de colherem as safras do caju, sem praticarem a agricultura intensiva, mas a coleta, a caça e a pesca. Viviam em acampamentos rudimentares, no litoral, em sítios/oficinas de preparação de materiais líticos e para a produção de artefatos em cerâmica, madeira e ossos. Pernoitavam em acampamentos onde faziam fogueiras e abrigos de palha. As práticas religiosas eram realizadas em cerimônias, ou monumentos como sambaquis (tido pelos colonizadores como suas “reliquias”).

---

<sup>6</sup> Ver: POMPEU SOBRINHO, Thomáz. Línguas Tapuias desconhecidas do Nordeste. Boletim de Antropologia, 2 (1): 3-20, dez., 1958. Fortaleza. Ceará.



Diante disso, refletir sobre a suposta condição nômade ou seminômade dos Paiacu é dimensionar a concentração entre os diversos grupos dessa etnia, distribuídos entre as ribeiras do Jaguaribe e do Açu, e do litoral ao sertão, do Ceará ao Rio Grande, distribuição por meio de divisões internas, em grupos menores, como estratégia de fortalecimento, controle e domínio territorial em relação a outras etnias, com base na constituição de diversos indivíduos do mesmo núcleo originário, ou o ajuntamento com outros povos naturais, por meio de alianças e acordos, escravização de despojos de guerra, casamentos.

Os Paiacu dominavam esses sertões até serem submetidos pelas forças luso-brasílicas a se fixarem em aldeias e missões (como ocorreu no Areré, na foz do rio Palhano, no baixo Jaguaribe, em 1696). Após uma guerra ofensiva, desde a destruição de relíquias, em 1690, pelas forças do Terço dos Paulistas, situadas no arraial de Mathias Cardoso de Almeida (Arraial da Santa Cruz do Porto dos Barcos, hoje Aracati). Assim, também, uma guerra injusta, como o massacre promovido pelo paulista Mestre-de-Campo Manuel de Almeida Moraes Navarro, em 1699, na missão da Aldeia da Madre Mãe de Deus (Vicente, 2020, p. 78).

Outros espaços habitados pelos indígenas Paiacu foram sendo constituídos em meio ao processo colonizador europeu a partir dos aldeamentos missionários, definidos como uma espacialidade em constante disputa e tensão entre colonizadores, missionários, e os povos indígenas. A ocupação dessas espacialidades ocorreu em diversos momentos definindo a colonização do europeu sob o território ao longo do tempo. Nesse processo, a espacialidade dos aldeamentos foi uma arena em disputas nos sertões, pois o colonizador teve proporcionalmente o domínio e controle sobre esses espaços em decorrência do avanço por meio de estratégias políticas e de uma força bélica diferenciada do armamento dos povos indígenas, e também, pela inserção dos ditames do Cristianismo no cotidiano dos povos indígenas convivendo nos aldeamentos missionários.

Partindo dessa questão, o espaço habitado pelos Paiacu evidencia algumas informações importantes para a localização dos espaços naturais e os deslocamentos

da etnia e os principais aldeamentos frente à ação do colonizador entre os sertões das referidas ribeiras. Conforme mapa de Curt Nimuendajú, com algumas datações do período de habitação, permanência e deslocamentos das populações dos Paiacu nos sertões das ribeiras citadas, a localização desses povos data de 1666 a 1704, na ribeira do Jaguaribe. Posteriormente, entre 1741-1762, foram deslocados para o Noroeste da capitania do Ceará Grande, para as margens do rio Choró, onde se localizava a Aldeia de Monte-mor, o Velho (atual cidade de Pacajus), no sentido da foz do rio Choró, no litoral (atualmente Cascavel); e para o sertão e maciço de Baturité, onde foi criada a Aldeia de Monte-mor, o Novo (antiga Missão da Palma) (Vicente, 2020, p. 109).

Outros deslocamentos forçados pelos colonizadores foram realizados do Ceará para o Rio Grande. No ano de 1700, os Paiacu foram deslocados para a ribeira do Açu, onde se espalharam pelas regiões do centro, médio e alto sertão potiguar (região de relevo entre a Chapada do Apodi e a depressão sertaneja potiguar), mais especificamente desde o rio Apodi até a aldeia de Porto Alegre. Nesse mesmo sentido, ocorreu, em 1762, outro deslocamento forçado pelos colonizadores, dessa vez, no sentido Sul, em direção à divisa com a Paraíba, localizando os Paiacu, nesse período, às margens do rio do Peixe.

A hipótese de retorno dos Paiaku ganha consistência ao analisar-se o que registrou o missionário jesuíta Manuel Pinheiro em uma de suas memórias sobre as missões do Ceará, em que o missionário afirmava que, nas margens do rio Choró, estavam certos indígenas Tapuia, que fugiram de uma povoação chamada Apodi, no Rio Grande. De acordo com sua percepção, quando estavam entediados de ficarem na parte do Ceará, iam para o Apodi e, da mesma forma, retornavam quando lhes era conveniente, do Apodi para o Ceará (Vicente, 2021, p. 23)

Os Paiacu, e como todas as populações indígenas, estavam habituados a longas jornadas, embrenhando-se pelas caatingas entre o Ceará e o Rio Grande, pelas várias trilhas, atalhos e caminhos de um sertão a outro. Os trajetos entre o sertão e o litoral eram bastante conhecidos pelos Paiacu, em decorrência da mobilidade ancestral (temporal e espacial), em constantes momentos, em busca de alimentos para o grupo, ou em meio às guerras e conflitos com outros povos indígenas.

Diferentemente das transferências realizadas entre os aldeamentos missionários das populações indígenas através de diásporas, o processo de deslocamento tradicional dos Paiacu, configurava-se nos princípios e práticas de resistência e modos de vida dos povos indígenas, que utilizavam os deslocamentos entre os territórios habitados desde os primórdios da existência, em longas caminhadas, entre vales e serras, desertos e matas, cortando as terras áridas, íngremes e por vezes pelas famigeradas secas assolando os sertões das capitanias.

Outro fator mais recorrente no processo de deslocamentos sazonais seria a fuga das populações indígenas, ou do despojo após os enfrentamentos dos guerreiros com as inúmeras tropas militares dos colonizadores com bacamartes responsáveis pelo apresamento e cativeiro dos povos indígenas dispersos no corso<sup>7</sup>.

### **3. Deslocamentos e conflitos vivenciados pelos Paiacu**

Os deslocamentos dos Paiacu, ocorridos entre 1696-1762, conforme o Mapa Etno-histórico de Curt Niemandju, entre os sertões das capitanias do Ceará e do Rio Grande foram, em parte, voluntários e, outros, forçados, realizados pelos colonizadores no contexto do avanço colonial e a implantação dos aldeamentos missionários que foram sendo criados. Assim, devem ser considerados como deslocamentos forçados pelos colonizadores, e entendidos como uma ação externa por parte do processo colonizador como diásporas indígenas resultantes de guerras entre o colonizador e os povos indígenas, que alteravam os modos de vida das populações indígenas a partir dos aldeamentos. Portanto, esse processo pode ser visto como guerras socioculturais que iniciou na segunda metade do século XVII, e se prolongou durante todo o séc. XVIII, movido especificamente pelas ações políticas dos colonizadores, fossem os representantes do poder administrativo, fossem os missionários e/ou os colonos.

---

<sup>7</sup> O termo “corso” é uma referência aos povos indígenas das nações “Tapuias”, que resistiram ao avanço do processo colonizador europeu nos sertões do Nordeste brasileiro entre os séculos XVI-XVIII. Os “Tapuias de corso” foram denominados pelo colonizador como insolentes, rebeldes e inimigos da Coroa portuguesa, pois atacavam e saqueavam os engenhos, fazendas e aldeias coloniais.

Os deslocamentos realizados entre as aldeias missionárias nas capitanias do Ceará e do Rio Grande ocorreram a partir de três fatores específicos: mudanças nas medidas estabelecidas pela política indigenista portuguesa nos Regulamentos das missões, e, em seguida, pelo Diretório do Marquês de Pombal; embates entre os Paiacu e outras populações indígenas inimigas, habitando as áreas próximas aos aldeamentos; e, conflitos sempre constantes com os colonos. Especificamente, os deslocamentos dos Paiacu, realizados pelos colonizadores, tinham o objetivo de dominar, controlar e cristianizar os indígenas a partir da convivência nos aldeamentos, para a suposta civilidade do modo de vida europeu como ação constante e rotineira do processo colonizador.

Os aldeamentos foram pensados como espaços de pacificação e tentativa de controle sobre os povos indígenas, resistindo ao avanço do colonizador nos sertões das capitanias do Norte. O colonizador buscava ressignificar e reapropriar os conceitos e os valores milenares e tradicionais acumulados pelos povos naturais desde os primórdios da existência, valores e tradições na cosmovisão dos povos indígenas, que, de maneira subjetiva, procuravam sempre entender o mundo habitado a partir das relações humanas e os papéis dos indivíduos com a natureza nos espaços naturais, nos sertões onde habitavam.

Nesta configuração histórica do espaço natural do povo Paiacu, veremos a partir dos cronistas no Instituto do Ceará como narraram os deslocamentos dos indígenas, fossem sazonais, naturais ou forçados pelos colonizadores. Ressaltando que estes pesquisadores estavam comprometidos ou com a concepção de história científica de finais do século XIX, e início do século XX (como Antônio Bezerra e Guilherme Studart), ou com as crônicas definidas pela Antropologia Física em meados do século XX (Carlos Studart Filho e Thomaz Pompeu Sobrinho). Quando possível, confrontamos as informações citadas com outros registros documentais.

Neste sentido, é necessário entender que a produção das narrativas sobre os deslocamentos pelos intelectuais no Instituto do Ceará estava fundamentada em uma cronologia de eventos históricos promovendo uma descrição dos fatos referentes ao

processo de colonização no território das capitanias do Norte. Fica evidente que, para os cronistas no Instituto do Ceará, a ação do colonizador português nas capitanias do Norte foi o ponto de partida da construção *heróica* do colonizador, constituindo uma identidade de origens do Ceará Grande para a nação brasileira.

É comum nos escritos os autores iniciarem as narrativas históricas mencionando as populações indígenas e o começo do processo colonizador no território das capitanias do Norte. As narrativas mencionam as primeiras expedições militares, com alguns missionários, os quais tentaram, sem muito crédito, implantar as primeiras bases missionárias nos sertões. Em seguida, os primeiros enfrentamentos dos colonizadores com as populações indígenas, que culminam em processos de aldeamentos missionários como parte das dinâmicas estabelecidas pelas políticas indigenistas presentes nos Regulamentos das Missões, os quais definiam a implantação dos aldeamentos a partir das políticas supostamente civilizadoras estabelecidas pelos ditames das ordens religiosas para as populações indígenas.

Os aldeamentos missionários constituíram a base do suposto arcabouço civilizatório, fundamentado nas normas do pragmatismo cristão, responsável por inserir, paulatinamente, as transformações necessárias das práticas religiosas das populações indígenas para as normas e disciplinas do Cristianismo. De acordo com Cristina Pompa

a experiência das Missões, junto com a postura eclesiástica pós-conciliar, mais rígida para qualquer tipo de interpretação não ortodoxa das Escrituras, levou à reformulação, ou melhor, à evolução, ao crescimento do projeto missionário (Pompa, 2001, p. 49)

Nos aldeamentos, os missionários concentravam as populações indígenas por meio de uma política mesclando os diversos grupos étnicos, utilizando-se de um processo sócio-espacial para inserir os indígenas supostamente na civilização. O ajuntamento dos diversos grupos étnicos em um aldeamento tinha o objetivo de recriar uma nova identidade dos povos indígenas como princípio da desconstrução das várias práticas socioculturais dos nativos. Conforme Maria Regina Celestino de Almeida (2003), a recriação das novas identidades indígenas era construída a partir de

um processo com as vivências de novas práticas nos aldeamentos missionários, responsáveis por introduzir no mundo colonial, novas formas de organização social:

Os aldeamentos foram muito mais do que simples espaço de dominação e de exploração dos colonizadores sobre os indígenas. Apesar de todos os seus males, eram, além de portugueses e cristãos, espaços dos indígenas, pois assim foram por eles considerados, como sugerem as lutas que empreenderam por sua manutenção, até o início do século XIX. Ao ingressarem numa aldeia, muitas etnias do Brasil misturavam-se, num espaço único de administração lusa e, na condição de aldeados, os indígenas passavam a compartilhar uma experiência nova e comum, que os colocava em condição ímpar em relação aos demais segmentos sociais da Colônia. Transformaram-se, rearticulando valores e tradições para se adaptarem ao novo mundo em formação, o que permite percebê-los como grupo étnico e social específico, portador de identidades e características próprias, construídas ao longo do processo de vivência e contato, na nova situação colonial. (Almeida, 2003, p. 119)

Os aldeamentos foram criados pelos missionários, responsáveis por realizarem os primeiros contatos com as populações indígenas na Serra da Ibiapaba e no litoral do Ceará. A criação dos primeiros aldeamentos foi implantada a partir das bases militares e fortins, em pontos estratégicos. Nos sertões da capitania do Ceará, a instalação dos fortes militares tinha a função de guarnecer o território das invasões dos inimigos externos, de possibilitar a inserção dos colonos no território, assegurando proteção aos aldeamentos missionários, combater os ataques do gentio bravo, conforme cita Maia:

no caso dos conflitos de guerra aberta no sertão, um dos principais impedimentos para se reformular de maneira profunda quaisquer das problemáticas acima referidas. Por outro lado, fica claro que o simples antagonismo entre índios “selvagens” e moradores nos conflitos coloniais não deve ser considerada uma regra a priori, uma vez que a dinâmica interétnica acionada por interesses diversos, inclusive, dos grupos indígenas, grosso modo, auxiliaram a compor esse quadro fluido nas alianças militares. (Maia, 2010, p. 141)

Os primeiros aldeamentos Paiacu, no Ceará, a Aldeia Areré na ribeira do Jaguaribe, que foi criada próxima à foz no final do século XVII. Em seguida, Montemor, o Velho, localizado às margens do rio Choró, com a Aldeia de Nossa Senhora da Madre de Deus, pelo padre João da Costa, da congregação de São Felipe Neri. Nesse mesmo período, em 1707, os Paiacu tiveram uma légua de terra demarcada



pelo Desembargador Soares Reimão. Logo depois, foi criada a Aldeia de Monte-mor, o Novo, localizada nas cercanias do maciço de Baturité (Vicente, 2020, p. 109).

De acordo com Antônio Bezerra, fazendo uma referência aos Paiacu ao informar a localização da Aldeia de Parangaba, entre a Vila de Aquiraz e a Fortaleza de N. S. da Assunção, que antes, em 1613, era uma aldeia indígena dos Potiguares, a qual, um século mais tarde, seria cercada por uma “liga de algumas nações de tapuias aldeados [descidos], como se fossem Anassé, Jaguaribara, Paiacu e outros, para se rebelarem e matarem todos os brancos” (Bezerra, 2009, p. 19). Conforme o autor, a primeira investida contra os Paiacu foi em 1666, na Precabuba (Messejana), entre o forte de Fortaleza e os limites do atual município do Eusébio, onde esses povos indígenas “impediam a passagem do Ceará para Pernambuco” (Bezerra, 2009, p. 37).

Carlos Studart Filho acrescenta que, após esse ataque, um regimento foi destacado pelo Capitão-mor da Capitania, João de Melo Gusmão, para fazer guerra a esse povo na localidade de Precabura, na mesma ribeira do Siará, a pedido dos moradores que os “defendesse, mas igualmente os ajudasse a tirar vingança dos malefícios que tais inimigos lhes vinham causando há muito” (Studart Filho, 1931, p. 17). Outra investida contra os Paiacu ocorreu em 1671, com o Capitão Jorge Correia da Silva, aprisionando e escravizando vários indígenas, após ocorrência de grande massacre. Em 1672, foi estabelecido o primeiro de muitos acordos de paz. Porém, em 1686, os “Paiacu voltaram a se rebelar com o avanço do processo da efetiva conquistana conjuntura da Guerra dos Bárbaros” (Studart Filho, 1931).

Em carta datada de maio de 1696, enviada ao monarca português, o padre João Leite de Aguiar, expunha os conflitos envolvendo os povos indígenas tapuias da etnia Jaguaribara, habitando nas terras entre as serras da Borborema e do Baturité, na Capitania do Ceará. Esse conflito com o povo Jaguaribara envolvia também os Paiacu, por estarem aliados aos demais povos, habitando o mesmo espaço pela ação dos Terço dos Paulistas.

o dito terço que contava de seiscentas pessoas entre Paulistas, Indígenas e Cativos, partimos à conquista do Rio Grande do Assú, e Jaguaribe, ribeiras que constavam infestadas e destruídas pelo gentio bárbaro, levantadas e

penetrando o vastíssimo sertão do Brasil por distância de novecentas léguas por mais ou menos. Assistindo serviço de Deus e de V. Majestade mais de quatro anos sempre a minhas custas e sem o menor dispêndio da fazenda de V. Majestade até que os paulistas se retiraram porque lhes faltou pólvora e bala. Marcharam os paulistas para outras várias conquistas – uns para o Maranhão, e outros para Palmares, e eu para Pernambuco, onde o reverendo Bispo D. Mathias de Figueredo e Melo me mandou que voltasse para a Capitania do Ceará Grande à redução de uns tapuias chamados Jaguaribara, habitantes de umas serras nos limites da dita Capitania<sup>8</sup>.

Em 1696, os Paiacu foram aldeados. Esse aldeamento, promovido buscando juntar os nativos na missão para não atacarem mais os “curraleiros”, foi registrado um ano depois (1697), pelo Oratoriano João da Costa, que conseguiu missionar os Paiacu “perto da barra do rio Bonhu (no lugar Arerê)” (Antunes, 2016, p. 50), também na região do Jaguaribe. Contudo, em 1699, esses nativos foram novamente massacrados, na mesma missão do Arerê, Missão dos Paiacu, no baixo Jaguaribe. O massacre promovido pelas forças colonizadoras, lideradas pelo Mestre-de-Campo Manuel Alvares de Moraes Navarro, comandante do Terço dos Paulistas, teria resultado em mais de 400 mortes, além da escravização de outros e o sequestro de mulheres e crianças. Após esse massacre, os Paiacu foram novamente aldeados em outra missão, a Aldeia de Nossa Senhora da Anunciada, e, em 1700, na Aldeia do Jaguaribe.

Sobre o relato do padre João Leite de Aguiar, fazendo referência ao restabelecimento da paz e a suposta tranquilidade na Capitania após a redução dos Jaguaribara, o aldeamento dos Paiacu, nesse momento, simbolizava um acordo entre as duas partes como estratégia dos indígenas para manutenção de suas vidas em meio ao processo de colonização. Guilherme Studart (2001) registrou que em dezembro de 1696, o padre João Leite de Aguiar recebeu correspondência de Lisboa com o envio de uma remessa de ornamentos para a capela, confirmando assim, o estabelecimento da aldeia e o suposto controle sobre os indígenas.

De acordo ainda com Carlos Studart Filho (1958), em 1703, os Paiacu foram novamente deslocados para a ribeira do rio Choró, na ribeira do Siará e missionados pelos Jesuítas, a partir de 1741. Em 1758, essa localidade passou a ser chamada Monte-

---

<sup>8</sup> Carta do Padre João Leite Aguiar, de 15 de maio de 1696. AHU\_ACL\_CU\_006, Cx. 1, D. 34.

mor, o Velho, uma vila de indígenas controlada pelo regimento dos ‘Regulamentos’. O grupo contava agora apenas 200 indígenas. Desmembrado o grupo anos antes (parte para Monte-mor, o Velho, e parte para a Aldeia de Porto Alegre na ribeira do Apodi), o grupo voltou a se reunir no Siará, em 1766 na aldeia de Monte-mor ainda na ribeira do Siará, o Velho. Em 1768, as terras dessa localidade foram vendidas ao Coronel João Dantas Ribeiro. Em 1788, foram novamente transferidos os Paiacu, dessa vez para a vila de indígenas de Monte-mor o Novo, nas cercanias do maciço do Baturité. Até 1908, os Paiacu reivindicavam as terras de Monte-mor<sup>9</sup>.

Studart Filho (1963) afirmou que a “Rebelião de 1713”, foi realizada pelos Paiacu, associados a outros povos indígenas em um assalto/ataque a Vila do Aquirás. Para esse autor, essa “rebelião de 1713 seria de preferência, obra de aborígenes aldeados e missionados”, caracterizada por uma “extraordinária agressividade”, “arregimentando combatentes das mais variadas parentelas”, com apoio da “burguesia sertaneja” (mazombos) ou “bugrada sertaneja” e que teria, inclusive, convencido aos indígenas colaboradores dos portugueses a não reagirem ou a não tomarem parte no conflito. Conforme veremos adiante, as tentativas da Coroa em regular o uso da força de trabalho nas missões após 1700, assim como regular a comercialização de indígenas resgatados ou preados, e mesmo garantir alguns direitos aos indígenas, a motivação indicada por Studart Filho para o conflito seriam as condições prestadas aos indígenas na exploração do trabalho manual para a manutenção dos colonizadores: o uso do trabalho indígena nas caçadas e pescas para garantir a alimentação; na guerra contra outros gentios, muitas vezes separando famílias por longos períodos ou mesmo para sempre; torturas; castigos físicos; desprezo; sequestro de mulheres e crianças etc. (Leite, 1943, p. 67).

Studart Filho elencou o histórico de alianças entre os indígenas após 1700, com o acirramento da guerra de colonização no Jaguaribe. Entre 1703 e 1706, uniram-se os Icós, Cariús, Cariris e Caratiús para assaltarem as populações no alto sertão, ou alto Jaguaribe. Em 1712, um ano antes do levante resultando no aniquilamento da

---

<sup>9</sup> Ver: BEZERRA, Antônio. Os Caboclos de Montemor. Revista do Instituto do Ceará. Tomo XXX, Fortaleza, 1916, p. 279-302.

povoação de Aquirás, se uniram os Canindé e Jenipapo (da mesma parentela), em Banabuiú, sertão central, médio Jaguaribe. Na ocasião de 1713, uniram-se aos Paiacu os Jaguaribara (contrários em 1671 e que compartilhavam o espaço de domínio na foz do Jaguaribe com os Paiacu), os Canindés (habitantes no alto, médio e baixo Banabuiú), os Anacés (“índios” de corso) e os Tremembé:

Os primeiros a se porem em pé de guerra e irromperem em hostilidades foram os Baiacus (ou Paiacus), sempre os mais irrequietos e rixosos tapuias do nosso interior. Unidos dos Anacés, Jaguaribaras e outros descontentes [...] atacaram o Aquirás e mataram mais de 200 homens. (Studart Filho, 1958, p. 124)

Segundo Studart Filho, esse ataque fez com que os moradores, escapando do massacre, fugissem em direção à aldeia do forte, onde residia o Capitão-mor, Governador da Capitania. O “impacto brutal” do ataque fez Francisco Duarte de Vasconcelos, a citada autoridade, lançar bandos a partir do forte do Ceará onde “isentava dos quintos reais as presas que se houvessem em guerra” (Studart Filho, 1958, p. 124) contra esses indígenas. Quem se aproveitou desses bandos foi João de Barros Braga, que por diversas vezes, utilizando a patente de Capitão-oficial Superior das Ordenanças do Jaguaribe, donatário de terras vizinhas ao aldeamento/missão dos Paiacu, no baixo Jaguaribe (Studart Filho, 1958).

A reação ao ataque promovido pelos indígenas rebelados ocorreu com João de Barros Braga, que teria sido “o maior choque armado da campanha” (Studart Filho, 1958, p. 124) nas margens do rio Choró, a Leste do Aquirás, onde se encontraram os Paiacu com as tropas luso-brasílicas do aludido Capitão, vindas do Jaguaribe. As armas utilizadas pelos Paiacu foram arcos e flechas, tangapemas, machados de pedra e algumas armas de fogo, tomadas dos brancos no referido assalto. Relatou Carlos Studart Filho, que o Capitão Braga:

matou grande número deles, e aprisionou mais de 400, dos quais mataram-se logo 95 a ferro frio, e, depois amarrados por desconfiança que houve desse gentio pelo motivo de serem homens de armas, conhecidamente guerreiros e destemidos e justamente incapazes de se sujeitarem às leis divinas e humanas, como a experiência tem demonstrado a suas infidelidade e constância. (Studart Filho, 1958, p. 126)

Guilherme Studart foi enfático ao descrever a condição de superioridade dos colonizadores sobre o ataque impetrado pelo Capitão João de Barros Braga e as forças militares no ataque desigual contra os Paiacu, nos sertões do Ceará. Barros Braga “derrotou, junto ao rio Choró, os indígenas levantados depois de um dia de encarniçado combate” (Studart, 2001, p. 145). Sobre essa questão, Théberge (2001) relatou que os indígenas aprisionados foram repartidos como escravizados entre os colonos e como auxiliares nas tropas de João de Barros Braga. O povo Tremembé foi enviado ao seu missionário por terem sido forçados a se juntarem aos Paiacu a contragosto, como afirmavam, ou para voltarem a proteger o litoral Oeste da Capitania de invasões estrangeiras.

Da ribeira do Siará, a incursão dos indígenas correu a Oeste, e, na ribeira do Acaraú, com a adesão a uma possível “confederação dos Paiaçus”, os indígenas Acriús e Arariús aldeados expulsaram o missionário e assaltaram os moradores na ribeira, que se retiraram para a Missão da Ibiapaba, para se refugiarem e se protegerem com as armas dos Tabajara, missionados pelo padre Ascenso Gago. A revolta atingiu ainda a ribeira do Parnaíba, onde, também em 1713, os indígenas mataram o Mestre-de-Campo Antônio da Cunha Souto Maior.

Em Carta-Relatório da Câmara da Vila do Siará (localizada em Aquirás), em outubro de 1713, escrita pelos refugiados na aldeia do forte ao Governador da Capitania-Geral de Pernambuco, José Félix de Machado, citada por Studart Filho (1958, p. 130), escreveram os camaristas que, após o ataque, ficara:

toda a capitania em peso de grandiosíssimo perigo e risco, com bem poucas esperanças de ser bem-sucedida, e mais ainda com a desconfiança de que, saindo uma grande tropa nossa que exceda 500 homens entre brancos e indígenas e por cabo geral o capitão de infantaria Antônio Vieira da Silva, em distância de 12 léguas a conquistar esses inimigos, vão correndo por quase 30 dias, sem haver notícias do que lhes terá sucedido. (Studart Filho, 1958, p. 130)

Ainda segundo Studart Filho (1966), a tropa com os expedicionários teria regressado em novembro de 1713 com “magros resultados”. E no mesmo mês de 1713, o Governador de Pernambuco publicou um bando para paz aos Paiacu que se entregassem em 24 horas, sem efeito, e, em fevereiro, o Capitão-mor Governador da

Capitania do Ceará Grande, Plácido de Azevedo Falcão, em uma Proclamação Geral, estabeleceu a paz aos Paiacu dissidentes dos revoltosos:

a nação Paiacu, do rancho que é Principal Mathias Seixas, na ocasião do levante, não matou pessoa alguma, mas antes pôs a todos os moradores que moravam nos tabuleiros e mais circunvizinhos ajudando-os a se retirarem para Jeriquaquara, onde se fizeram fortes até aqui. Com a ajuda das armas dessa fortaleza e dos moradores indígenas, foram retirados dos postos e salvos para escaparem das tiranias dos Jaguaribara e mais nações. E depois na Campanha, a mesma nação Paiacu se portou das mais declaradas buscando as nossas armas para ajudarem a guerrear e instruírem aos outros, como se tem visto, o que obraram em companhia de Paschoal Correia, em outra ocasião, em companhia de coronel João de Barros Braga, e, agora no presente, com o capitão Domingos Ribeiro (Studart Filho, 1966, p. 131)

#### **4. Espacialidades e territorialidades em disputas nos “sertões dos Paiacu”**

A fase inicial do processo de colonização na ribeira do Ceará e do Jaguaribe, expôs as dificuldades encontradas pelo colonizador com os povos indígenas que habitavam essas regiões. Os Paiacu, possivelmente, formavam uma força ameaçadora da estabilidade dos sertões para a administração da Capitania. Nesse período, os colonizadores adaptaram as estratégias bélicas militares à situação do território das capitanias do Norte, “confederando-se” e aliando-se a outras forças indígenas, recrutando-as para as fileiras das tropas militares, mudando as táticas na forma de fazer guerra em meio ao processo de colonização nos sertões. Promovendo batalhas ofensivas e rápidas, com assaltos e massacres, nos moldes dos povos indígenas, no entanto, mais eficazes do que os nativos. Também incorporaram táticas de defesa à guerra chamada defensiva, dispondo de arraiais compostos de praça de acampamento de guerra, com casa forte protegida por paliçadas e estacas ao redor, com estâncias volantes no vetor de ataque, municiadas ainda de sentinelas e espias, como as chamadas “fortificações das aldeias”, uma prática comum nos sertões.

De acordo com Guilherme Studart, os primeiros conflitos com o Paiacu ocorreram por volta de 1666, quando o Capitão-mor Governador do Siará Grande, João Tavares de Almeida, junto de 40 soldados oficiais e 170 indígenas flecheiros atacou os “Jandoins e Paiacu, matando-lhes o chefe Panaty e um filho” (Studart, 2001, p. 81). Essa incursão do Capitão-mor motivou grande revolta, que em dezembro do



mesmo ano, “João de Mello Gusmão e o ajudante Felipe Coelho de Moraes com indígenas e 30 soldados do presídio” saíram para “dar guerra e desbaratar os Paiacu que se achavam no sítio de Precabura” (Studart, 2001, p. 81). Não ficando evidente como ocorreram as primeiras ofensivas, se a morte do Principal Panaty e do filho, ou se o ataque dos Paiacu à Aldeia da Parangaba. No entanto, observa-se que os conflitos iniciados foram cada vez mais frequentes.

Em agosto de 1671, João Algodão, Francisco de Aragiba e outros chefes indígenas “requerem licença ao capitão-mor Jorge Correia e Silva” para fazerem guerra aos Paiacu. Ainda segundo Guilherme Studart (2001), no mesmo mês, o Capitão-mor Jorge Correia e Silva, convocou padre Francisco Ferreira de Lemos, João Tavares de Almeida (o Capitão-mor Governador da Capitania do Ceará que primeiro atacou os Paiacu, em 1666) e “mais pessoas importantes para uma reunião em que se decidiria da justiça ou da injustiça de uma guerra pedida pelos Jaguaribara e outras tribos contra os Paiacu” (Studart, 2011, p. 82). Esse evento teve continuidade até novembro de 1671, quando foi autorizada a guerra justa contra os Paiacu, e para a Aldeia Parangaba foi enviado o “Sargento reformado Jorge Martins com 10 homens e uma peça para dar combate e destruir os Paiacu” naquele sítio, autorizando, em dezembro, o resgate de indígenas prisioneiros daqueles para serem escravizados. Em seguida, firmando tratado com “os indígenas Guariús, representados pelo chefe Casiendeja” (Studart, 2001, p. 82).

A guerra justa pretendida pelo povo indígena Jaguaribara aos Paiacu na ribeira do Siará – uma vez que seus domínios territoriais, no período indicado pelas fontes, não se estendiam até essa região, mais próximos da foz do rio Jaguaribe, região quase sempre compartilhada/disputada com os Paiacu – seria uma estratégia dos Jaguaribara para se associarem às forças colonizadoras e escravizarem os contrários. Os Jaguaribara e os Paiacu acirraram os conflitos em busca de domínios territoriais, ao mesmo tempo em que a colonização efetiva na Capitania se desenrolava. Em 1671 a 1673, durante o início da efetiva colonização, foi evidenciado, principalmente na administração do Capitão-mor Governador Jorge Correia da Silva, uma intensificação das ações para restringir e dominar as forças dos Paiacu na ribeira do Ceará, mas

também, associações entre povos indígenas para fazer guerra justa e cativar/resgatar indígenas, a força de trabalho fundamental de então.

A política indigenista portuguesa em fazer contratos de paz com alguns povos indígenas, por administradores régios na Capitania do Ceará Grande, vigorou até 1690, quando se intensificou a “guerra justa” contra os vários povos indígenas habitando nos sertões do Norte. As alianças e tratados foram estabelecidos a partir da participação de alguns indígenas aliados aos portugueses no processo de colonização no território dos sertões. Esse povos aliados aos poderes militares coloniais, continuavam mantendo os espaços de domínio (como os Tremembé, a Oeste de Fortaleza, por defenderem o litoral de invasões estrangeiras); firmando alianças com outros povos, notadamente com aqueles com quem se comunicavam na língua geral (os Tabajara, por exemplo); apoiando com instrumentos bélicos as desavenças entre povos contrários (como no apoio aos Jaguaribara, em guerra justa contra os Paiacu). Assim, os colonizadores fortaleciam a formação de missões (principalmente na Ibiapaba e no entorno do forte na ribeira do Siará), defendendo os indígenas revoltosos (como os Paiacu e os Jandoins, nas ribeiras do Ceará, do Jaguaribe e do Banabuiú).

Essa política típica de manutenção da ordem no Antigo Regime para com os indígenas equilibrou as tensões nos anos belicosos da década de 1680, mas não suportou os conflitos após 1690 quando a chamada guerra dos bárbaros deslocava o vetor da ribeira do Piranhas (Açu) para o Oeste (ribeira do Jaguaribe). Após 1690, os conflitos se acentuaram de forma que a dinâmica acelerada dessa guerra sociocultural moderna muitas vezes deixou a política indigenista a reboque dos transbordamentos e desvios da ordem antiga do suposto equilíbrio político administrativo e, em algumas situações dividindo as forças colonizadoras sem campos opostos.

Conforme Guilherme Studart, em 1694 (em plena guerra pela colonização), o Capitão-mor Governador Fernão Carrilho mandou constituir expedição de guerra aos Paiacu, Jandoins, Icós “e outros ‘índios’ de corso, que infestam as terras de Jaguaribe e Banabuiú” (Studart, 2001, p. 97-98). O comandante da expedição foi

Francisco Dias de Carvalho, soldado da companhia do Capitão Antônio da Silva Barbosa, do terço do Mestre-de-Campo Zenóbio Acioli de Vasconcelos. Como resultado dessa ofensiva, os Paiacu foram descidos do Jaguaribe/Banabuiú e aldeados em uma missão. Possivelmente, a ofensiva aos Paiacu durou cerca de dois anos até a formação da missão.

É possível observar que a expedição de guerra ordenada em 1694 atendeu os interesses particulares dos primeiros sesmeiros: João da Fonseca Ferreira detinha data de sesmaria com Domingos de Paes Botão, com seis léguas de terras nas proximidades da foz do rio Choró, exatamente um dos limites dos espaços de domínio Paiacu ao Oeste, no século XVII; Fonseca Ferreira possivelmente ordenou o descimento dos Paiacu ao mesmo tempo em que pedia ao Rei autorização para os aldear/missionar em suas terras, evidenciando que as missões não estavam dissociadas da própria guerra armada, da preação de “índios” de corso, indígenas resgatados e mesmo a utilização da força de trabalho dos que se deixassem aldear para serem missionados, uma vez que a formação da missão estava associada com vassalos amealhados com concessões de terras a serem exploradas. Assim se formou a missão do Jaguaribe, aldeando os Paiacu pela primeira vez. Em resposta, o então Capitão-mor João da Fonseca Ferreira, substituto de Fernão Carrilho, em Carta Régia de dezembro 1696, ordenando que o Capitão-mor oferecesse terras “para uma aldeia de Tapuias no rio Jaguaribe”, e “incluindo mandando fazer igreja e missão” (Studart, 2001, p. 101). Em 1725, por ocasião do levante geral dos indígenas no médio Jaguaribe, em março,

em carta deste capitão-mor governador Manuel Francês, comunica ao Senado da Câmara do Aquirás que, em reunião dos oficiais da capitania, assentara-se em expedir dois cabos com 200 homens, inclusive o tapuio Paiacu e Canindé que se acham na ribeira do Banabuiú, com ordem para exterminar o tapuio e retirar das ribeiras os cabeças de uma e de outra parcialidades (Studart, 2001, p. 170).

A estratégia foi de guerra contra os Jenipapo, Quaxiriús, Icós (da matriz linguística Cariri), aliados da família Feitosa, nos altos sertões dos Inhamuns, pelejando contra os Jucá e os Quixelô, aliados da família Montes, no médio e alto Jaguaribe, provocando o chamado levante geral do Jaguaribe, não mais no litoral, mas nos sertões. Para criar a ordem entre esses contrários (indígenas e forças

colonizadoras aliadas em contendas próprias), o Capitão-mor da Capitania Manuel Francês, incluiu os Paiacu (ou parte deles), 25 anos depois de missionados, controlados e explorados como força combatente na guerra em que os indígenas, segundo a historiografia que revisitamos, foram a parte supostamente dominada.

## 5. Considerações Finais

Nesse texto analisamos as narrativas produzidas pelos cronistas no Instituto do Ceará sobre os deslocamentos e conflitos dos Paiacu, no final do séc. XVII e início do XVIII, nos sertões das chamadas capitanias do Norte, referenciados na visão de Guilherme Studart, Antônio Bezerra, Thomaz Pompeu Sobrinho e Carlos Studart Filho. Evidentemente algumas reflexões foram apresentadas, mas sem o objetivo de considerar todas as análises das situações narradas pelos respectivos cronistas. Como o relato que se referiu ao período do grande massacre do Jaguaribe contra os Paiacu em 1699, narrado pelos autores, não registrando a reação dos Paiacu, ou como a nomeada confederação dos Paiacu foi pensada. Cabendo análises possíveis, mas sempre atento ao que a documentação produzida por esses autores apresentam.

Algumas situações narradas pelos cronistas seguiram a concepção de uma história legitimadora da colonização, mesmo registrando reações de resistência e mobilizações por direitos dos povos indígenas em meio ao processo de colonização. As narrativas se repetem linearmente por meio de uma cronologia interligando informações referentes a datas, fatos e personagens pautadas aleatoriamente pelos registros de uma série documental sem um aporte teórico/metodológico referenciada pelos cronistas, como documentos de cunho oficial, ou correspondências avulsas, com o objetivo de validar o *heroísmo* e os grandes feitos dos colonizadores com base numa história das *origens* do Siará Grande como parte da nação brasileira. O próprio Antônio Bezerra, no Antilóquio em “Algumas origens do Ceará”, apresentou as evidências da construção dessa produção historiográfica ao afirmar:

Parece que cheguei a alcançar o que até aqui ninguém alcançou; cheguei a resolver inúmeras origens [...] que, antes de mim, o que se escreveu, nesse sentido, não passa seguramente de um montão de invenções ridículas e narrações disparatadas (Bezerra, 2009, p. I)

Considerando estas questões, este texto analisou as narrativas dos principais cronistas do Instituto do Ceará sobre os deslocamentos e conflitos envolvendo os povos indígenas na capitania do Ceará entre os séculos XVII-XVIII, comparando-as e estabelecendo um parâmetro crítico na análise das mesmas, evidenciando assim, a concepção de uma produção historiográfica que se fundamenta dentro de uma lógica da construção de uma história do colonizador sobre o colonizado.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial**. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

ALMEIDA, Maria. R. C. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ANTUNES, T. O. **Índios arengueiros: senhores da Igreja? Religião e cultura política dos índios do Ceará oitocentistas**. Niterói-RJ. Tese, Instituto de Ciências Humanas e filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 2016.

BEZERRA, Antonio. **Algumas Origens do Ceará: defesa do desembargador Suares Reimão à vista dos documentos de seu tempo**. Ed. fac-sim. Fortaleza: FWA, 2009.

BEZERRA, Antônio. Os Caboclos de Monte-mor. **Revista do Instituto do Ceará**, Tomo XXX, Fortaleza, p. 279-302, 1916.

FUINI, L. L. Território, territorialização e territorialidade: o uso da música para a compreensão de conceitos geográficos. **Terra Plural**, v.8, n. 1, p. 225-249, jan.-jun., 2014.

GUIMARÃES, Manoel Luís Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 5-27, 1998.

KOLLING, P.; SILVESTRI, M. Reflexões sobre território e terra indígena: aspectos culturais, sociais e jurídicos. **Para Onde!?** Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 211-226, 2019.

LEITE, S. I. S. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo III (Norte I) Fundações e Entradas, Séculos XVII-XVIII. Rio de Janeiro-RJ: Instituto Nacional do Livro/Lisboa-Pt: Livraria Portugália, 1943.

LEITE, Ristephany K. S. **O regresso dos Paiaku: deslocamentos e agências indígenas entre as Capitanias do Rio Grande do Norte e Ceará (1700-1768)**. Natal-RN, Dissertação, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. **Revista Espacialidades** [online]. 2025.1, v. 21, n. 1, ISSN 1984-817X [63]

Graduação em História e Espaços, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. (org.). **Ratzel: Geografia**. São Paulo-SP: Ática, 1990.

POMPEU SOBRINHO, Thomaz. **Pré-história cearense**. Fortaleza: Editora do Instituto Histórico, 1955.

POMPEU SOBRINHO, Thomaz. Línguas Tapuias desconhecidas do Nordeste. **Boletim de Antropologia**, 2, 1, p. 3-20, dez., 1958.

OLIVEIRA, Almir L. História, tradição e Patriotismo: os significados das comemorações do tricentenário do Ceará. **Projeto História**. São Paulo, p. 281-287, 2000.

POMPA, M. C. **Religião como tradição**: missionários, “Tupi e Tapuias” no Brasil colonial. Campinas-SP, Tese, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2001.

STUDART FILHO, Carlos. Notas Históricas sobre os indígenas cearenses. **Revista do Instituto do Ceará**, 1959.

STUDART FILHO, Carlos. Páginas de História e Pré-história do Ceará. Fortaleza, Ce, **Instituto do Ceará**, 1966.

STUDART, Guilherme. **Datas e factos para a História do Ceará**. Edição fac-sim. Fortaleza-Ce: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.

STUDART, Guilherme. Documentos relativos ao Mestre de Campo Morais Navaro. Notícias para um capítulo novo na história cearense. **Revista Trimestral do Instituto do Ceará**. Fortaleza, Ce: Instituto do Ceará, p. 350-364, 1916.

THÉBERGE, Pedro. **Esboço Histórico sobre a província do Ceará**. Edição fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.

VICENTE, Marcos F. **Entre São Francisco Xavier e a Madre de Deus**: a etnia Paiaku nas Fronteiras da Colonização. Campina Grande-Pb. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, 2011.

VICENTE, Marcos F. **Do Paiaku de Montemor ao caboclo da Vila de Guarany**: luta por terras e redefinições identitárias (séculos XVII ao XX). Niterói-RJ, Tese, Universidade Federal Fluminense, 2020.



VICENTE, Marcos F. Territorialização e territorialidades indígenas Paiaku na implantação do Diretório dos Índios nas Capitâneas do Norte do Brasil. In: APOLINÁRIO, Juciene R.; AMORIM, M. A. (orgs.) Povos indígenas na América portuguesa entre os séculos XVI e XIX: contatos interétnicos, agenciamentos e novas territorializações. **Revista UNESP**, História, São Paulo-SP, v. 40, 2021.